

VOLUME II - CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRECTO N.º 2024/13 PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DA GERÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA TERCEIRA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (SNC-AP) E RELATÓRIO AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO PREVISTO NO Art.º 9.º DO DECRETO-LEI N.º 192/2015, DE 11 DE SETEMBRO E Art.º 15.º DO ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO.

AO ABRIGO DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2015/A, DE 29 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES E DO DISPOSTO NO CÓDIGO DE CONTRATOS PÚBLICOS APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, de 29 DE JANEIRO.

ÍNDICE

Cláusula 1.^a	- Definições
Cláusula 2.^a	- Normas aplicáveis ao contrato
Cláusula 3.^a	- Epígrafes e remissões
Cláusula 4.^a	- Anexos ao caderno de encargos
Cláusula 5.^a	- Objeto
Cláusula 6.^a	- Obrigações principais do cocontratante
Cláusula 7.^a	- Obrigações relativas ao objeto do contrato
Cláusula 8.^a	- Cronograma dos serviços a prestar
Cláusula 9.^a	- Regras gerais sobre contratação de terceiros para a execução das atividades do contrato
Cláusula 10.^a	- Relacionamento entre a entidade adjudicante e o adjudicatário
Cláusula 11.^a	- Duração e local da prestação de serviços
Cláusula 12.^a	- Gestor do contrato
Cláusula 13.^a	- Proteção de dados pessoais
Cláusula 14.^a	- Dever de sigilo
Cláusula 15.^a	- Seguros
Cláusula 16.^a	- Preço contratual
Cláusula 17.^a	- Condições de pagamento
Cláusula 18.^a	- Modificação objetiva do contrato
Cláusula 19.^a	- Modificação subjetiva do contrato
Cláusula 20.^a	- Multas contratuais
Cláusula 21.^a	- Resolução do contrato por razões de interesse público
Cláusula 22.^a	- Resolução do contrato por incumprimento contratual do adjudicatário
Cláusula 23.^a	- Resolução pelo cocontratante
Cláusula 24.^a	- Resolução por acordo
Cláusula 25.^a	- Resolução amigável
Cláusula 26.^a	- Casos Fortuitos ou de Força Maior
Cláusula 27.^a	- Foro
Cláusula 28.^a	- Comunicações
Cláusula 29.^a	- Contagem dos prazos
Cláusula 30.^a	- Legislação aplicável
ANEXO 1	- Cláusulas técnicas
1.	Requisitos técnicos e funcionais da prestação de serviços.
2.	Aspetos caracterizadores da entidade adjudicante.

DEFINIÇÕES E ASPETOS GERAIS

Cláusula 1.ª

(Definições)

1. Para efeitos do Caderno de Encargos e respetivos anexos, sempre que iniciados por maiúsculas, e salvo se do contexto resultar sentido claramente diferente, os termos abaixo indicados têm os seguintes significados:
 - 1.1. **"Adjudicatário"**: a sociedade ou o agrupamento cuja proposta foi escolhida e com quem a Entidade Adjudicante celebrará o Contrato a que se destina o presente concurso.
 - 1.2. **"Agrupamento"**: o adjudicatário que tenha concorrido em agrupamento de sociedades, cuja composição figurará em anexo ao Contrato.
 - 1.3. **"Código dos Contratos Públicos"**: o diploma aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação aplicável em cada momento.
 - 1.5. **"Contrato"**: o contrato entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, pelo qual se regerá o exercício dos direitos e das obrigações que têm por objeto o contrato.
 - 1.6. **"Entidade Adjudicante"**: Unidade de Saúde da Ilha Terceira (USI).
 - 1.7. **"Proposta"**: a proposta final adjudicada no âmbito do Concurso.
 - 1.8. **"USI"**: Unidade de Saúde de Ilha.
 - 1.9. **"CLC"**: Certificação Legal de Contas.
 - 1.10. **"SCI"**: Sistema de Controlo Interno.
2. Os termos definidos no número anterior no singular podem ser utilizados no plural e vice-versa, com a correspondente alteração do respetivo significativo, salvo se do contexto resultar claramente o inverso.

Cláusula 2.ª

(Normas aplicáveis ao Contrato)

1. O Contrato fica sujeito à lei portuguesa com renúncia expressa à aplicação de qualquer outra.
 2. Fazem sempre parte integrante do Contrato e respetivos Anexos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes no Concurso, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O Caderno de Encargos;
 - d. Os anexos ao Caderno de Encargos a que se refere o n.º 1 da Cláusula 4.ª;
 - e. A Proposta;
 - f. Os esclarecimentos sobre a Proposta prestados pelo Adjudicatário, nos termos do programa de Procedimento.
 3. A Entidade Adjudicante pode excluir expressamente do Contrato os termos ou condições constantes da Proposta que se reportem a aspetos da execução do Contrato não regulados pelo Caderno de Encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.
 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
-

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas *a) a f)* do n.º 2 e o Contrato e seus anexos prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.
6. É aplicável ao contrato o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional 27/2015/A, de 29 de dezembro, e o disposto no Código dos Contratos Públicos, e demais legislação aplicável em cada momento.
7. As referências no Caderno de Encargos ou no Contrato a diplomas legislativos ou regulamentares devem ser entendidas como referências à legislação ou regulamentação que, em cada momento, os substitua ou modifique.
8. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, na interpretação e na integração do regime aplicável ao Caderno de Encargos e ao Contrato, prevalece o sentido que melhor acautele o interesse público da Entidade Adjudicante na boa execução das obrigações do Adjudicatário de acordo com os padrões definidos para o mesmo neste Caderno de Encargos.

Cláusula 3.ª

(Epígrafes e remissões)

1. As epígrafes das cláusulas do Caderno de Encargos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulação a aplicar às relações contratuais, nem constituindo suporte para a interpretação ou a integração do Caderno de Encargos.
2. As remissões ao longo das cláusulas do Caderno de Encargos para outras cláusulas, alíneas, números ou anexos, e salvo se do contexto resultar sentido diferente, são efetuadas para cláusulas, números, alíneas ou anexos do próprio Caderno de Encargos.

Cláusula 4.ª

(Anexos ao Caderno de Encargos)

1. Constituem anexos ao Caderno de Encargos os seguintes documentos:
 - a. Anexo 1: Especificações Técnicas.
2. Constituirão anexos ao Contrato, e parte integrante do mesmo, para todos os efeitos legais e contratuais, os anexos a que se refere o n.º 1.

OBJETO CONTRATUAL E DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS GERAIS

Cláusula 5.ª

(Objeto)

1. O Contrato a celebrar entre as Partes tem por objeto a aquisição de serviços de contabilidade para certificação legal de contas da gerência da Unidade de Saúde de Ilha Terceira (USI) no âmbito do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP) e relatório ao sistema de controle interno previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e no art.º 15.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 109/E/2021, de 9 de dezembro.

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 6.ª

(Obrigações principais do cocontratante)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, nas cláusulas jurídicas e técnicas, da celebração do Contrato decorrem para o cocontratante a obrigação principal de fornecimento dos serviços objeto do Contrato.

Cláusula 7.ª

(Obrigações relativas ao objeto do Contrato)

1. O cocontratante obriga-se a prestar os seguintes serviços, igualmente identificados nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos:
 - a. Apresentação de um cronograma de auditoria com as datas de visitas, trabalhos, pedidos de elementos e entregáveis considerar;
 - b. Avaliação da Conta de Gerência de 2023, com a identificação das lacunas, os erros, as incoerências e as operações incompletas; a incluir em relatório com as recomendações de melhoria e de procedimentos a implementar, tendo presente as Instruções do Tribunal de Contas e legislação em vigor;
 - c. Avaliação do SCI, nas cinco componentes, com a identificação dos riscos operacionais e ausência de medidas de mitigação implementadas que garantam o cabal funcionamento e prestação de contas, a incluir em relatório próprio;
 - d. Aplicação dos procedimentos de auditoria de conformidade ou substantivos que se revelarem necessários à emissão da CLC à conta de gerência da USI de 2024, nomeadamente;
 - e. Verificar os processos e a política contabilística adotada relativa ao registo dos Ativos Intangíveis, bens móveis de Ativos Fixos Tangíveis (AFT) e inventários (NCP 3, 5 e 10);
 - f. Avaliar os procedimentos adotados relativamente aos contratos aquisitivos;
 - g. Verificar a aplicabilidade da contabilização de rendimentos de transações com e sem contraprestação, no âmbito das NCP 13 e 14, respetivamente, nomeadamente em processos de obtenção de subsídios e donativos;
 - h. Avaliar o modelo implementado para a correta identificação de passivos, nomeadamente, sobre Provisões, passivos e ativos contingentes (NCP15);
 - i. Avaliar o processo relativo aos Benefícios dos empregados (NCP 19), com especial enfoque nos procedimentos de corte de operações, relativos às estimativas de férias, férias, bolsas de horas, mobilidade, entre outros;
 - j. Proceder à circularização das contas;
 - k. Acompanhar o processo de contagens de inventários, caixa, especialmente de forma aleatória de datas;
 - l. Verificar a correta aplicação da NCP 26 dos elementos orçamentais que devam ser integrados nos mapas previsionais (NCP26), nomeadamente;
 - Ao nível do Ciclo da Receita, validar a metodologia praticada pela USI quanto aos registos das previsões iniciais, liquidações emitidas no ano t-1 ou anteriores, bem como no ano t;
 - Ciclo da Despesa, validar a metodologia praticada pela USI relativamente ao registo dos compromissos de anos futuros, designadamente quanto aos

encargos plurianuais e obrigações a transitar do ano t-1 para o ano t;

- m. Verificar a coerência dos processos internos, nos serviços administrativos e financeiros, das Unidades, e a sua integração nas demonstrações financeiras;
- n. Elaborar um Relatório preliminar com a identificação das fragilidades do sistema de controlo interno nas cinco componentes e recomendações das oportunidades de melhoria identificadas, incluindo a avaliação à C.G de 2023;
- o. Elaborar um Relatório dos trabalhos efetuados ao período de 1 de janeiro de 2024 até dezembro de 2024, incluindo uma avaliação à correta aplicação do referencial contabilístico;
- p. Elaborar uma Certificação Legal de contas e um Relatório dos trabalhos efetuados ao período de 1 janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, incluindo *follow-up* das fragilidades das cinco componentes do SCI e relato de eventuais incumprimentos de carácter orçamental em versão *draft* para órgão de gestão recebendo eventuais observações destes nos cinco dias úteis seguintes;
- q. Elaborar uma Certificação Legal de contas em versão definitiva para entrega ao Tribunal de Contas e um Relatório dos trabalhos efetuados ao período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, incluindo *follow-up* das fragilidades das cinco componentes do SCI e relato de eventuais incumprimentos de carácter orçamental para a Tutela.

Cláusula 8.ª

(Cronograma dos Serviços a prestar)

- 1. Desde a data da assinatura do contrato, sem prejuízo do disposto no artigo 127.º do CCP:
 - a. Até setembro de 2024, deverá ser apresentado um relatório preliminar com a identificação das fragilidades do sistema de controlo interno nas cinco componentes e recomendações das oportunidades de melhoria identificadas, incluindo a avaliação à C.G de 2023 (20% da execução do Contrato);
 - b. Até novembro de 2024, deverá ser apresentado um relatório descritivo sobre os trabalhos efetuados entre o período de 1 de janeiro e junho de 2024, incluindo uma avaliação à correta aplicação do referencial contabilístico (20% da execução do objeto do Contrato).
- 2. Com a prestação de contas/certificação legal de contas:
 - a. Até ao dia 15 de abril de 2025, deverá ser apresentado um relatório dos trabalhos efetuados entre o dia 1 de janeiro e dezembro de 2024, incluindo *follow-up* das fragilidades das cinco componentes do SCI e relato de eventuais incumprimentos de carácter orçamental (60% da execução do objeto do Contrato).

Cláusula 9.ª

(Regras gerais sobre contratação de terceiros para a execução das atividades objeto do Contrato)

- 1. O Adjudicatário pode recorrer à subcontratação de terceiras entidades para a execução das atividades objeto do Contrato nos termos da presente cláusula.
- 2. A contratação a que se refere o número anterior carece de autorização, prévia e por escrito, da Entidade Adjudicante, e não pode, em caso algum, produzir efeitos em data anterior à da emissão dessa autorização.
- 3. Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário deve submeter à Entidade

Adjudicante um pedido fundamentado, que inclua, sem prejuízo de outros exigíveis por lei, os seguintes documentos:

- a. Nota informativa com indicação *(i)* dos dados da entidade que visa subcontratar, *(ii)* dos serviços que serão assegurados pelo subcontratado, *(iii)* dos fundamentos e da duração do recurso à subcontratação;
- b. Minuta do contrato a celebrar com a entidade que visa subcontratar, a qual deve incluir, designadamente, informação detalhada sobre o respetivo objeto/âmbito, preço, duração da subcontratação, obrigações assumidas por essa entidade, e assegurar o cumprimento do disposto nos números seguintes;

4. Nos contratos a celebrar com terceiros, o Adjudicatário deve assegurar que:

- a. É respeitado o princípio da transparência, de forma a, nomeadamente, as entidades subcontratadas ficarem vinculadas, no que respeita às atividades subcontratadas, na mesma medida e nos mesmos termos e condições em que o Adjudicatário está vinculado ao abrigo do Contrato, incluindo, sem excluir, a sujeição aos mesmos níveis de desempenho;
- b. É garantido que todos os profissionais que prestem serviço ao abrigo dos subcontratos possuem as qualificações, a experiência e as competências adequadas à atividade que se propõem desenvolver.
- c. A entidade que visa contratar está devidamente habilitada para o exercício da sua atividade subcontratada, observa capacidade técnica e financeira adequada à execução do subcontrato, cumpre os requisitos legais e contratuais exigidos para a prestação objeto do subcontrato e não se encontra abrangida por qualquer das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. A contratação de terceiros ao abrigo da presente cláusula não pode, em caso algum, pôr em causa o cumprimento pontual das obrigações assumidas pelo Adjudicatário.

6. Com vista à decisão do pedido de autorização a que se refere o n.º 2, a Entidade Adjudicante deve, designadamente, verificar designadamente o seguinte:

- a. Da conformidade da subcontratação pretendida em causa com o enquadramento legal e regulamentar em vigor em cada momento;
- b. Do cumprimento dos termos e condições previstos nos números anteriores;
- c. Da habilitação e/ou certificação, quando aplicável, e da capacidade técnica e financeira da entidade que se visa subcontratar para a execução das atividades subcontratadas;
- d. Se o potencial subcontratado não se encontra abrangido pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- e. Se a subcontratação não envolve um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.

7. A Entidade Adjudicante deve pronunciar-se sobre o pedido de autorização de subcontratação apresentado pelo Adjudicatário no prazo de 15 (quinze) dias a contar da respetiva apresentação, desde que o pedido se mostre instruído com toda a documentação que o deva acompanhar, nos termos previstos nesta cláusula.

8. O prazo a que se refere o número anterior suspende-se com o pedido, pela Entidade Adjudicante, de esclarecimentos ou documentos adicionais, até que estes sejam prestados ou entregues pelo Adjudicatário.

9. O Adjudicatário deve enviar à Entidade Adjudicante cópia integral de todos os contratos celebrados com terceiros, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.
10. A contratação de terceiros ao abrigo dos números anteriores não exime o Adjudicatário de qualquer das suas obrigações perante a Entidade Adjudicante, permanecendo a primeira integralmente responsável pelo bom e pontual cumprimento de todas as obrigações que para ela emergem do Contrato.
11. Não são oponíveis à Entidade Adjudicante quaisquer pretensões, exceções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas pelo Adjudicatário com terceiras entidades.

Cláusula 10.ª

(Relacionamento entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário)

1. O Adjudicatário é, face à Entidade Adjudicante, a única e direta responsável pelo atempado e perfeito cumprimento das obrigações constantes do Caderno de Encargos e do Contrato e das decorrentes de normas, regulamentos ou disposições administrativas que lhe sejam aplicáveis, não podendo opor à Entidade Adjudicante qualquer contrato ou relação com terceiros para exclusão ou limitação dessa responsabilidade.
2. O Adjudicatário responde, nos termos da lei geral, por quaisquer prejuízos causados no exercício das atividades que constituem o objeto do Contrato, pela culpa ou pelo risco, não sendo assumido pela Entidade Adjudicante qualquer tipo de responsabilidade neste âmbito.
3. O Adjudicatário responde, ainda, nos termos gerais da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados pelas entidades por si contratadas para o desenvolvimento das atividades compreendidas no Contrato.
4. O Adjudicatário responde civilmente perante terceiros pelas ofensas dos direitos destes ou das disposições legais destinadas a proteger os seus interesses, resultantes de atos ilícitos culposamente praticados por parte dos seus colaboradores enquanto tal, gozando contra eles de direito de regresso.
5. O Adjudicatário é ainda responsável pelo cumprimento de todas as obrigações acessórias do objeto do Contrato, designadamente os deveres de cuidado, de informação, de sigilo e, em geral, de todos os que sejam instrumentais à execução das obrigações principais, ainda que executadas por subcontratados e, neste âmbito, pelos prejuízos resultantes das respetivas ações ou omissões.
6. O Adjudicatário obriga-se a não adotar quaisquer comportamentos, por ação ou omissão, suscetíveis de pôr em causa os direitos e as obrigações da Entidade Adjudicante relativamente ao Prédio onde se localiza o Empreendimento ou de pôr em causa os direitos da Entidade Adjudicante quanto aos bens que o integram ou que sejam propriedade dessa entidade.

Cláusula 11.ª

(Duração e local da prestação dos serviços)

A prestação dos serviços decorrerá desde a data da assinatura do contrato, sem prejuízo do disposto no artigo 127.º do CCP à emissão da CLC em versão definitiva (30 de abril de 2025) e será realizado nas instalações da USI Terceira, sem prejuízo de, se, necessário, a equipa se deslocar a outras instalações da entidade adjudicante, devendo, nesse caso, informar o

ponto de contacto da USI dessa situação com antecedência mínima de 5 dias úteis.

Cláusula 12.ª

(Gestor do Contrato)

1. Para efeitos da gestão do Contrato e de acompanhamento das atividades do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante designa o Gestor do Contrato, que a representa, podendo este ser coadjuvado por uma equipa, também a designar pela Entidade Adjudicante.
2. A Entidade Adjudicante deve notificar o adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de produção de efeitos do contrato, da designação do Gestor do Contrato.
3. O Gestor do Contrato exerce as competências que lhe sejam atribuídas pela Entidade Adjudicante no ato de designação, ou por ato de delegação ou subdelegação, e aquelas que lhe são conferidas pelo Contrato, em matéria de acompanhamento da atividade do Adjudicatário e de verificação do cumprimento do Contrato.

Cláusula 13.ª

(Proteção de dados pessoais)

1. O contratante garante o cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e livre circulação desses dados.
2. Quando solicitado, o cocontratante obriga-se a apresentar ao Contraente público, no prazo de 48 horas, as medidas adotadas que evidenciam o cumprimento as disposições relativas à proteção de dados pessoais.

Cláusula 14.ª

(Dever de Sigilo)

O Cocontratante garante o sigilo, quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, que venha a ter conhecimento, relacionadas com a atividade do contraente público ou qualquer entidade direta ou indiretamente a ele ligado por qualquer via, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.

Cláusula 15.ª

(Seguros)

Se aplicável, o Adjudicatário obriga-se a celebrar e a manter em vigor, de acordo com a legislação aplicável e durante todo o período de duração do Contrato, pagando pontualmente os respetivos prémios, todos os contratos de seguros obrigatórios por lei e ainda todos aqueles que sejam necessários para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos inerentes às atividades a desenvolver ao abrigo do Contrato, inclusivamente as subcontratadas a terceiros.

OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 16.ª

(Preço contratual)

1. Pela prestação dos serviços constantes do objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do convite e do presente caderno de encargos, o

contraente público deve pagar ao cocontratante o valor correspondente à prestação de serviços, acrescido de IVA a taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço base do procedimento é de €34 000,00 (trinta e quatro mil euros) sendo excluídas as propostas que sejam superiores ao valor base.

Cláusula 17.ª

(Condições de Pagamento)

1. Em conformidade com a proposta adjudicada, o pagamento do preço contratual é efetuado de acordo com a Cláusula 3.ª do Anexo I
2. Os pagamentos são efetuados mediante a apresentação da respetiva fatura.
3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas.
4. Para os efeitos do disposto no número anterior, a obrigação do cocontratante considera-se cumprida com a conclusão da execução do objeto contratual, de acordo com o respetivo cronograma.
5. Ao montante a pagar ao cocontratante serão deduzidas as importâncias devidas a título de penalidades contratuais que eventualmente lhe forem aplicadas.
6. O contrato não está sujeito a revisão de preços.
7. Em caso de discordância por parte do contraente publico quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder a emissão de nova fatura corrigida.

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E TERMO DO CONTRATO

Cláusula 18.ª

(Modificação objetiva do Contrato)

1. O Contrato pode ser modificado, nos termos e condições previstos nos artigos 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, desde que cumpridas as formalidades devidas ao abrigo, designadamente, do disposto nos artigos 339.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
2. Todas e quaisquer alterações ao Contrato devem formalizadas através de documento escrito assinado por ambas as Partes, do qual conste a indicação da(s) cláusula(s), anexo(s) e/ou apêndice(s) do Contrato suprimida(s) ou alterada(s) e, se for o caso, o teor da alteração e/ou da(s) nova(s) cláusula(s), anexo(s) e/ou apêndice(s), a incluir.

Cláusula 19.ª

(Modificação subjetiva do Contrato)

1. O Adjudicatário não pode ceder, alienar, ou por qualquer forma onerar, no todo ou em parte, a sua posição jurídica no Contrato ou realizar qualquer negócio que vise atingir idêntico resultado, sem prévio consentimento, escrito e expresso, da Entidade Adjudicante.
 2. A Entidade Adjudicante pode, desde que o pedido do Adjudicatário esteja devidamente fundamentado, e sejam cumpridos os requisitos estabelecidos no artigo 316.º e seguintes do
-

Código dos Contratos Públicos, dar o seu consentimento à cessão da posição contratual do Adjudicatário.

Cláusula 20.ª

(Multas)

O incumprimento ou o cumprimento defeituoso pelo Adjudicatário de obrigações decorrentes do Contrato ou das determinações emitidas pelo Gestor do Contrato ou pela Entidade Adjudicante, no âmbito da lei ou do Contrato, pode originar a aplicação de multas contratuais nos termos da lei.

Cláusula 21.ª

(Sanções contratuais)

1. Em caso de incumprimento pelo cocontratante de obrigação emergente do contrato, a Unidade de Saúde de Ilha Terceira pode, a título sancionatório, exigir àquele o pagamento de pena pecuniária de 1 % (um por cento) do preço contratual, por cada dia em que se verificar o incumprimento, até ao limite máximo total de 20 % (vinte por cento) do preço contratual total, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
2. Nos casos em que seja atingido o limite máximo previsto no ponto anterior e a Unidade de Saúde de Ilha Terceira decida não proceder à resolução do contrato, por daí resultar grave dano para o interesse público, o referido limite máximo é elevado para 30 % (trinta por cento).
3. A Unidade de Saúde de Ilha Terceira pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas pelo cocontratante nos termos dos pontos anteriores.
4. Quando não haja lugar à compensação referida no número anterior, as penalidades aplicadas devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação ao cocontratante para esse efeito.
5. As penas pecuniárias previstas no presente ponto não obstam a que a Unidade de Saúde de Ilha Terceira exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.ª

(Resolução do Contrato por razões de interesse público)

O Contrato pode ser resolvido unilateralmente pela Entidade Adjudicante, em qualquer momento, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, nos termos do artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.ª

(Resolução do Contrato por incumprimento contratual do Adjudicatário)

1. Verificando-se fundamento de resolução do Contrato, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para, no prazo que razoavelmente for fixado, sejam integralmente cumpridas as suas obrigações e corrigidas ou reparadas as consequências do verificado incumprimento.
 2. Caso a violação não seja sanável ou caso o Adjudicatário não cumpra as suas obrigações e/ou não corrija ou repare as consequências do incumprimento nos termos determinados pela Entidade Adjudicante, esta pode resolver o Contrato, mediante comunicação enviada ao Adjudicatário.
-

3. Em caso de resolução, é devida pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante uma indemnização por todos os danos causados pela interrupção do Contrato.
4. A resolução do Contrato não prejudica a aplicação de quaisquer multas ou deduções que se mostrem devidas, quando se verificarem as situações que ditem a sua aplicação ou se para tanto existir fundamento, nem confere ao Adjudicatário o direito ao pagamento de qualquer indemnização por parte da Entidade Adjudicante.

Cláusula 23.ª

(Resolução pelo cocontratante)

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o cocontratante pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b. incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente publico;
 - c. incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente publico por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d. exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do contraente publico, quando tornem contraria a boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e. incumprimento pelo contraente publico de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse publico subjacente a relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

Cláusula 24.ª

(Revogação por acordo)

As Partes podem, a qualquer momento, acordar na revogação total ou parcial do Contrato, quando o acordo se revelar vantajoso em detrimento de outras formas alternativas de extinção do Contrato, com observância das disposições legais especificamente aplicáveis.

Cláusula 25.ª

(Resolução amigável)

1. No caso de litígio ou disputa quanto à interpretação, aplicação ou integração do disposto no Contrato, as Partes diligenciam, por todos os meios de diálogo e modo de composição de interesses, de forma a obter uma solução concertada para a questão.
 2. Caso tenha decorrido o prazo de 10 (dez dias) dias sobre a data de início da tentativa de resolução amigável prevista no n.º 1, sem que as Partes tenham chegado a um consenso, qualquer das Partes em litígio pode, a todo o momento, dar por finda a tentativa de resolução amigável e submeter a questão à resolução do Tribunal, de acordo com o disposto na cláusula seguinte.
-

Cláusula 26.ª

(Casos Fortuitos ou de Força Maior)

1. Não é havido como incumprimento contratual, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, considerando-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à parte afetada, que a parte não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível evitar.
2. Verificando-se o circunstancialismo do n. 1, constituem, entre outros, casos de força maior: incêndios, inundações, greves, guerra, motins, epidemias ou determinações governamentais ou administrativas que impeçam a normal execução do contrato.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.ª

(Foro)

1. Os litígios surgidos entre as Partes relacionados com a interpretação, integração ou execução do Contrato e seus anexos, ou com a validade e eficácia de qualquer das suas disposições, devem ser resolvidos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.
2. As Partes só podem submeter o diferendo a um Tribunal caso não cheguem a acordo quanto ao litígio nos termos previstos na cláusula anterior.

Cláusula 28.ª

(Comunicações)

1. Quaisquer comunicações entre as Partes relativas ao Contrato são sempre efetuadas por escrito, utilizando um dos seguintes meios:
 - a. Carta registada com aviso de receção;
 - b. Correio eletrónico.
 2. Nos casos de a comunicação ser expedida por telefax deve haver confirmação da comunicação por carta registada com aviso de receção.
 3. As comunicações devem ser endereçadas para as moradas e números indicados expressamente no convite.
 4. As Partes podem alterar as suas moradas e números indicados, mediante comunicação prévia dirigida à outra Parte, nos termos dos n.ºs 1 e 2, a cuja produção de efeitos se aplicam as regras estabelecidas nos n.ºs 5 a 7.
 5. Qualquer comunicação feita por carta registada considera-se recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada nos serviços postais.
 6. Qualquer comunicação feita por telefax considera-se recebida na data constante do respetivo relatório de transmissão.
 7. A comunicação por correio eletrónico, desde que realizada com recurso a selo temporal eletrónico, considera-se feita na data da sua expedição devidamente certificada, nos termos
-

do regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura eletrónica.

8. Caso o emissor não observe a regra de aposição do selo temporal eletrónico, a comunicação apenas será tida por recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor ao emissor.

Cláusula 29.ª

(Contagem dos prazos)

Salvo disposição em contrário no caderno de encargos, à contagem dos prazos nele previstos são aplicáveis as regras estabelecidas no artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 30.ª

(Legislação aplicável)

A todas as matérias não especialmente reguladas no presente convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), o Decreto Legislativo Regional 27/2015/A, de 29 de dezembro e demais legislação aplicável.

ANEXO I - Cláusulas Técnicas

REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Aquisição de Certificação Legal de Contas da conta de Gerência da USI Terceira relativa ao ano 2024, a entregar ao Tribunal de Contas, no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e Relatório ao Sistema de Controlo Interno previsto no art.º 9º do Decreto-lei nº192/2015, de 11 de setembro e art.º 15º do Decreto-lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Cláusula 2.ª

(Especificações do Serviço a prestar)

1. Apresentação de um cronograma de auditoria com as datas de visitas, trabalhos, pedidos de elementos e entregáveis considerar.
2. Avaliação da Conta de Gerência de 2023, com a identificação das lacunas, os erros, as incoerências e as operações incompletas; a incluir em relatório com as recomendações de melhoria e de procedimentos a implementar, tendo presente as Instruções do Tribunal de Contas e legislação em vigor.
3. Avaliação do SCI, nas cinco componentes, com a identificação dos riscos operacionais e ausência de medidas de mitigação implementadas que garantam o cabal funcionamento e prestação de contas, a incluir em relatório próprio.
4. Aplicação dos procedimentos de auditoria de conformidade ou substantivos que se revelarem necessários à emissão da CLC à conta de gerência da USI de 2024, nomeadamente:
 - a. Verificar os processos e a política contabilística adotada relativa ao registo dos Ativos Intangíveis, bens móveis de Ativos Fixos Tangíveis (AFT) e inventários (NCP 3, 5 e 10);
 - b. Avaliar os procedimentos adotados relativamente aos contratos aquisitivos;
 - c. Verificar a aplicabilidade da contabilização de rendimentos de transações com e sem contraprestação, no âmbito das NCP 13 e 14, respetivamente, nomeadamente em processos de obtenção de subsídios e donativos;
 - d. Avaliar o modelo implementado para a correta identificação de passivos, nomeadamente, sobre Provisões, passivos e ativos contingentes (NCP15);
 - e. Avaliar o processo relativo aos Benefícios dos empregados (NCP 19), com especial enfoque nos procedimentos de corte de operações, relativos às estimativas de férias, férias, bolsas de horas, mobilidade, entre outros;
 - f. Proceder à circularização das contas;
 - g. Acompanhar o processo de contagens de inventários, caixa, especialmente de forma aleatória de datas;
5. Verificar a correta aplicação da NCP 26 dos elementos orçamentais que devam ser integrados nos mapas previsionais (NCP26), nomeadamente:
 - a. Ao nível do Ciclo da Receita, validar a metodologia praticada pela USI quanto aos registos das previsões iniciais, liquidações emitidas no ano t-1 ou anteriores, bem como no ano t;

- b. Ciclo da Despesa, validar a metodologia praticada pela USI relativamente ao registo dos compromissos de anos futuros, designadamente quanto aos encargos plurianuais e obrigações a transitar do ano t-1 para o ano t;
6. Verificar a coerência dos processos internos, nos serviços administrativos e financeiros, das Unidades, e a sua integração nas demonstrações financeiras;
7. Elaborar um Relatório preliminar com a identificação das fragilidades do sistema de controlo interno nas cinco componentes e recomendações das oportunidades de melhoria identificadas, incluindo a avaliação à C.G de 2023;
8. Elaborar um Relatório dos trabalhos efetuados ao período de 1 de janeiro de 2024 até dezembro de 2024, incluindo uma avaliação à correta aplicação do referencial contabilístico
9. Elaborar uma Certificação Legal de contas e um Relatório dos trabalhos efetuados ao período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, incluindo *follow-up* das fragilidades das cinco componentes do SCI e relato de eventuais incumprimentos de caráter orçamental em versão *draft* para órgão de gestão recebendo eventuais observações destes nos cinco dias úteis seguintes.
10. Elaborar uma Certificação Legal de contas em versão definitiva para entrega ao Tribunal de Contas e um Relatório dos trabalhos efetuados ao período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, incluindo *follow-up* das fragilidades das cinco componentes do SCI e relato de eventuais incumprimentos de caráter orçamental para a Tutela.

Cláusula 3.ª

(Cronograma da prestação do serviço e produtos a entregar)

1. A partir da data de celebração de publicitação do contrato no Portal BaseGov:
 - a. Até setembro de 2024: Relatório preliminar com a identificação das fragilidades do sistema de controlo interno nas cinco componentes e recomendações das oportunidades de melhoria identificadas, incluindo a avaliação à C.G de 2023 **(20%)**;
 - b. Até novembro de 2024: Relatório dos trabalhos efetuados ao período de 1 janeiro de 2024 até agosto de 2024, incluindo uma avaliação à correta aplicação do referencial contabilístico **(20%)**.
2. Com a prestação de contas:
 - a. Até 15 de abril de 2025: Certificação Legal de contas; Relatório dos trabalhos efetuados ao período de 1 janeiro de 2024 a 31 dezembro de 2024, incluindo *follow-up* das fragilidades das cinco componentes do SCI e relato de eventuais incumprimentos de caráter orçamental **(60%)**.

Cláusula 4.ª

(Condições da prestação do serviço)

- a. A entidade adjudicante, através do gestor do contrato, acompanhará os trabalhos de auditoria externa, ficando o adjudicatário obrigado a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, via e-mail, num prazo de 3 dias úteis.
- b. O adjudicatário deverá cumprir com todas as condições fixadas para a execução dos serviços, agindo com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.

- c. Para a realização dos trabalhos, a equipa técnica terá acesso aos registos, documentação e demais informações solicitadas, não sendo, no entanto, permitido o transporte para fora das instalações dos originais dos elementos referidos anteriormente, sem autorização expressa dos respetivos responsáveis.

Cláusula 5.ª

(Duração da prestação do serviço)

A prestação dos serviços decorrerá desde a data da assinatura do contrato, sem prejuízo do disposto no artigo 127.º do CCP, até à emissão de CLC em versão definitiva (30 de abril de 2025). Data de entrega no TC.

Cláusula 6.ª

(Local da prestação de serviço)

O serviço será realizado nas instalações da USI Terceira, sem prejuízo de, se necessário, a equipa se deslocar a outras instalações da entidade adjudicante, devendo, nesse caso, informar o ponto de contacto da USI dessa situação com antecedência mínima de 5 dias úteis.

Cláusula 7.ª

(Recursos)

1. A equipa técnica deverá ser constituída por, pelo menos, um Revisor Oficial de Contas com experiência no mínima de 10 anos, um coordenador com experiência no mínimo de 5 anos, tendo ambos, nos últimos 2 anos, pelo menos, participado em revisão legal de contas no novo referencial contabilístico SNC-AP;
2. A entidade adjudicatária deverá entregar todos os documentos julgados necessários que comprovem a experiência dos revisores oficiais de contas, coordenador e equipa técnica e revisão legal de contas desenvolvido com entidades em SNC-AP;
3. O adjudicatário assegurará os recursos materiais e informáticos necessários e adequados ao integral cumprimento da prestação do serviço;
4. A USI designará um gestor de contrato, bem como o ponto de contacto para efeitos dos pedidos de elementos e sua entrega, assim como a articulação das visitas de auditoria e circularização, que ficarão incumbidos de articular com o adjudicatário as diversas solicitações relativas à prestação do serviço.

Cláusula 8.ª

(Pagamentos)

1. Do valor total adjudicado estima-se que 40% será pago em 2024 e o restante em 2025, em correspondência aos serviços entregues, de acordo com o cronograma da prestação do serviço, identificado na cláusula 3.ª do Anexo I;
2. O pagamento será efetuado a 60 (sessenta) dias, nos termos do art.º 17.º, n.º 3, do Caderno de Encargos do presente procedimento.

ASPETOS CARACTERIZADORES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Enquadramento legal: _____

- a. Decreto Legislativo Regional n.º 1/2010/A de 4 de janeiro;
- b. Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2011/A de 15 de dezembro;
- c. Decreto Legislativo Regional n.º 13/2011/A de 11 de maio.

2. Enquadramento operacional:

a. Carteira de Serviços em 2023

Unidade Funcional	Áreas/Profissionais		Local				
			USIT-CSAH		USIT-CSPV		Outros
			Sede	Núcleo/Extensão Saúde	Sede	Núcleos de Saúde Familiar	
UNIDADE BÁSICA DE URGÊNCIA	UBU	Multidisciplinar			X		
UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR E COMUNITÁRIA	Saúde Materna e Planeamento Familiar	Médicos	X	X	X	X	
		Enfermeiros	X	X	X	X	
	Saúde Infanto-juvenil	Médicos	X	X	X	X	
		Enfermeiros	X	X	X	X	Inclui domicílio
	Saúde Adulto	Médicos	X	X	X	X	Inclui domicílio
		Enfermeiros	X	X	X	X	Inclui domicílio
	Gabinete do Utente	Téc. Serviço Social	X		X		Inclui domicílio
	Intervenção Precoce	Multidisciplinar	X		X		Inclui creche ou estabelecimento similar, e domicílio
	Cuidados Continuados Domiciliários	Multidisciplinar					Domicílio
	Cessação Tabágica	Multidisciplinar	X				
	Adictologia	Multidisciplinar	X				Unidade Móvel
	Medicina Dentária	Médicos Dentistas	X		X		
	Enfermagem de Reabilitação	Enfermeiros	X				Domicílio
	Saúde Escolar	Multidisciplinar	X		X		Escolas
	Vacinação	Enfermeiros	X	X	X	X	domicílio
	Saúde Comunitária	Enfermeiros	X		X		
	Saúde Mental	Multidisciplinar	X		X		

UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA	Autoridade de Saúde Concelhia	Delegados de Saúde	X		X		
		Téc. de Saúde Ambiental	X		X		
UNIDADE DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO	Eletrocardiografia e Espirometria		X		X		
	Radiologia convencional		X		X		
	Fisioterapia				X		Inclui domicílio
	Nutrição		X		X		Inclui domicílio
	Psicologia		X		X		Inclui domicílio
	Terapia da Fala		X		X		
	Psicomotricidade		X		X		
	Imagiologia						Convencionados
	Farmácia				X		
	MCD – Análises Clínicas						Convencionados

3. Tipologia de contratos: Contratos de pessoal, prestações de serviços, aquisições de bens e serviços, além de protocolos e convenções.

4. Organização contabilística: Autonomia Administrativa e Financeira.

5. Referencial Contabilístico: SNC-AP (cf. Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro);

6. Ativos fixos tangíveis, valor escriturado final em 2023.12.31 é €4.529.916,91.

7. Orçamento:

a. Modelo de orçamento: global

b. Valor total das dotações orçamentais: em 2022 foi €33.685.809,00 e em 2023 foi €36.472.980,00;

7. Recursos Humanos:

Pessoal a 31-12-2023		Angra do Heroísmo				Praia da Vitória				QRIT	
Grupo Profissional	Total ao Serviço	QRIT afeto USIT	Outra Situação	QRIT afeto Ausentes	Ao Serviço	QRIT afeto USIT	Outra Situação	QRIT afeto Ausentes	Ao Serviço	QRIT Total	Total ao Serviço
Dirigente	7	3	1	0	4	2	1	0	3	5	5
C.A. Direções Clínica e Enfermagem	7	3	1	0	4	2	1	0	3	5	5
Médico	49	20	12	0	32	11	6	2	17	33	31
Assistentes MGF	26	18	0	0	18	8	0	0	8	26	26
Assist. Graduado MGF	4	2	0	0	2	2	0	2	2	6	4
Internos MGF	16	0	11	0	11	0	5	0	5	0	0
Assist. Saúde Pública	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1
Clinicos Gerais	2	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
Enfermagem	122	64	2	7	66	50	6	7	56	128	114
Enfermeiro	122	64	2	7	66	50	6	7	56	128	114
Técnico Superior - Reg. Geral	30	19	2	5	21	9	0	0	9	33	28
Área Medicina Dentária	4	2	0	2	2	2	0	0	2	6	4
Área Nutrição	3	2	0	0	2	1	0	0	1	3	3
Área Serviço Social	2	1	0	1	1	1	0	0	1	3	2
Área de Gestão	3	2	1	0	3	0	0	0	0	2	2
Área de Economia	2	1	1	0	2	0	0	0	0	1	1
Área Recursos Humanos	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2	1
Área de Direito	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Área de Arquivo	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Área de Saúde e Segurança no Trabalho	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Área de Saúde Ambiental	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1
Área Administrativa	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Área Psicologia	8	5	0	1	5	3	0	0	3	9	8
Área Farmacêutica	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1
Área de Psicomotricidade	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Téc. Superior de Diag. e Terapêutica	17	7	1	0	8	9	0	2	9	18	16
Área de Fisioterapia	2	0	0	0	0	2	0	1	2	3	2
Área de Radiologia	6	2	0	0	2	4	0	0	4	6	6
Área de Cardiopneumologia	3	1	1	0	2	1	0	0	1	2	2
Área de Dietética	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1
Área de Saúde Ambiental	4	3	0	0	3	1	0	1	1	5	4
Área da Terapia da Fala	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Área da Terapia Ocupacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Área da Podologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	69	24	13	4	37	23	9	6	32	57	47
Assistentes Técnicos	68	23	13	4	36	23	9	6	32	56	46
Coordenador Técnico	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Assistente Operacional	42	19	0	2	19	21	2	7	23	49	40
Encarregado Operacional	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Assistentes Operacionais	42	19	0	2	19	21	2	7	23	49	40
Informática	4	2	0	0	2	2	0	0	2	4	4
Especialista de Informática	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Técnico de Informática	3	1	0	0	1	2	0	0	2	3	3
TOTAIS	340	158	31	18	189	127	24	24	151	327	285

8. Contactos

USI	Morada	CP	Telefone	Fax	E-mail
USI Terceira	Canada dos Melancólicos	9701-869 ANGRA DO HEROÍSMO	295 402900	295 217580	sres-usit@azores.gov.pt